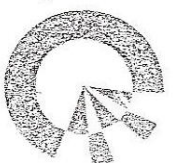




GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD

CERTIFICADO LOC N.º 031/2014 - SM



L I C E N Ç A A M B I E N T A L

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, no uso de suas atribuições, e com base no artigo 14 do Decreto n.º 44.844, de 25 de Junho de 2008, concede à empresa CARLOS FERNANDO RODRIGUES DA PAZ & CIA LTDA., CNPJ 25.913.377/0001-62, Licença de Operação em Caráter Corretivo, para a atividade de BRITAMENTO DE PEDRAS PARA CONSTRUÇÃO, INCLUSIVE MÁRMORE, ARDÓSIA, GRANITO E OUTRAS PEDRAS, LAVRA A CÉU ABERTO COM OU SEM TRATAMENTO, ROHAS ORNAMENTAIS E DE REVESTIMENTO (MÁRMORES E GRANITOS), OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA (PÁTIOS DE RESÍDUOS E PRODUTOS E OFICINAS), ESTRADAS PARA TRANSPORTE DE MINÉRIO/ESTÉRIL, PILHAS DE REJEITO/ESTÉRIL – DNPM: 830.858/1983 – Substância Mineral: SIENITO, autorizando a continuidade da operação, de acordo com planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, localizada na Serra da Pedra Branca, Zona Rural, Coordenadas Geográficas Lat. - 22º 01' 03" e Long. - 46º 24' 56" no município de Caldas, no Estado de Minas Gerais, conforme processo administrativo de n.º 00371/1997/017/2012 e decisão da Unidade Regional Colegiada Sul de Minas, em reunião do dia 10/03/2014.

☐ Sem condicionantes

☒ Com condicionantes

(Válida somente acompanhada das condicionantes listadas no anexo)

(A concessão da Licença deverá atender ao art. 6º da DN COPAM 13/95, sob pena de revogação da mesma)

(A revalidação da licença dar-se-á com base nas DN COPAM 017/96 e 023/97)

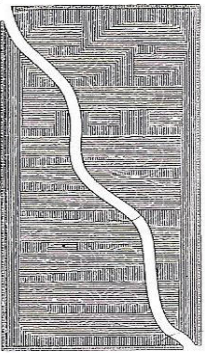
O PRESENTE CERTIFICADO SOMENTE TEM VALIDADE ACOMPANHADO DOS ANEXOS I e II, DO TÍTULO AUTORIZATIVO VÁLIDO EMITIDO PELO DNPM (CASO DE MINERAÇÃO) E ANP (CASO DE PETRÓLEO/GAS).
ESTA LICENÇA NÃO DISPENSA, NEM SUBSTITUI A OBTENÇÃO PELO REQUERENTE DE CERTIDÕES, ALVARÁS, LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES DE QUALQUER NATUREZA, EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

Validade da Licença Ambiental: 4 (quatro) anos, com vencimento em 10/03/2018.

Varginha, 10 de março de 2014.

AMILTON FERRI VASCONCELOS

Superintendente Regional de Regularização Ambiental Sul de Minas



feam
FEDERAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

IEF
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

IBAMA
INSTITUTO BRASILEIRO
DO MEIO AMBIENTE



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Regularização Ambiental

ANEXO I

CONDICIONANTES

Empreendedor: Carlos Fernando da Paz & Cia. Ltda.
Empreendimento: Carlos Fernando da Paz & Cia. Ltda.
CNPJ: 25.913.377/0001-62
Município: Caldas
Atividade Principal: Lavra a céu aberto com ou sem tratamento - rochas ornamentais e de revestimento
Código DN 74/04: A-02-06-2
Processo: 00371/1997/017/2012

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Realizar o auto monitoramento conforme Anexo II	Durante a vigência da licença
02	Apresentar relatório técnico fotográfico comprovando a execução das medidas de controle implantadas no empreendimento.	Anualmente
03	Protocolar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF, no prazo máximo de 30 dias contados do recebimento da Licença, processo de compensação ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF N°. 55, de 23 de abril de 2012.	30 dias contados a partir do recebimento da licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Obs. Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria Supram, mediante análise técnica e jurídica, desde que não altere o seu mérito/conteúdo.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Regularização Ambiental

ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença de Operação Corretiva (LOC)

Empreendedor: Carlos Fernando da Paz & Cia. Ltda.
Empreendimento: Carlos Fernando da Paz & Cia. Ltda.
CNPJ: 25.913.377/0001-62
Município: Caldas
Atividade Principal: Lavra a céu aberto com ou sem tratamento - rochas ornamentais e de revestimento
Código DN 74/04: A-02-06-2
Processo: 00371/1997/017/2012

1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Entrada e saída do sistema de tratamento de efluentes industriais e sanitários	DBO, DQO, Sólidos suspensos, sólidos sedimentáveis, sólidos totais, óleos e graxas, substâncias tensoativas (ABS) e pH.	trimestral

Relatórios: Enviar Anualmente a Supram-SM os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 167/2011 e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas, no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA, última edição.

2. Resíduos Sólidos e Oleosos

Enviar Anualmente a Supram-SM, os relatórios de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final			Obs. (**)
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 (*)	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		
							Razão social	Endereço completo	

(*) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(**) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

1- Reutilização

2 - Reciclagem

3 - Aterro sanitário

SUPRAM – SM	Avenida Manoel Diniz, 145 Industrial JK - Varginha – MG CEP 37062-480 – Tel: (35) 3229-1816	DATA: 14/02/2014 Pág: 26
-------------	--	-----------------------------



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Regularização Ambiental

- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente a Supram SM, para verificação da necessidade de licenciamento específico.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Fica proibida a destinação dos resíduos Classe I, considerados como Resíduos Perigosos segundo a NBR 10.004/04, em lixões, bota-fora e/ou aterros sanitários, devendo o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente.

Comprovar a destinação adequada dos resíduos sólidos de construção civil que deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções CONAMA n.º 307/2002 e 348/2004.